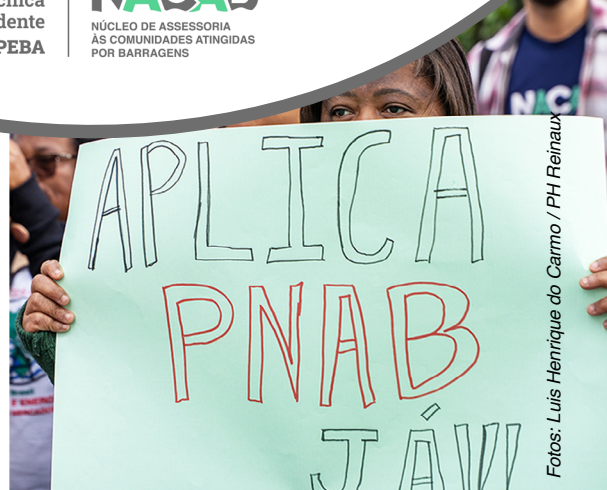
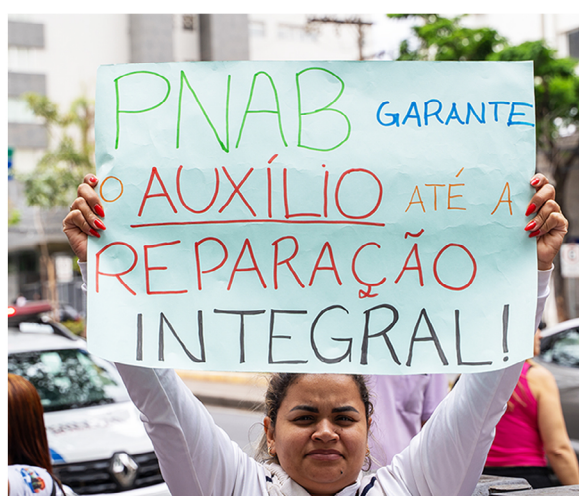
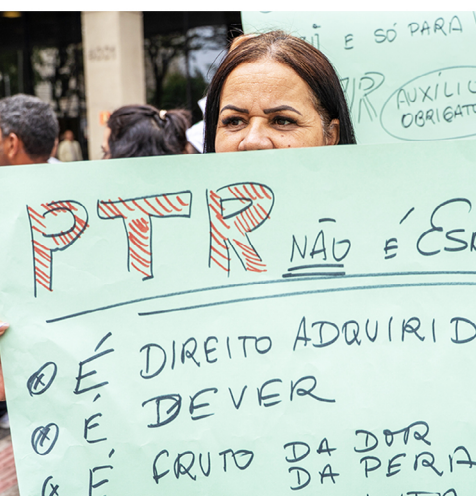




Fotos: Luis Henrique do Carmo / PH ReInaux

“É direito das pessoas atingidas por barragens: **AUXÍLIO EMERGENCIAL** até que as famílias e indivíduos alcancem condições pelo menos equivalentes às precedentes” **Páginas 6 e 7**



ANEXO 1.3

População atingida não se sente contemplada
páginas 4 e 5

REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Zona rural prioriza fossas agroecológicas
páginas 8 e 9

ANEXO 1.1

Inaugurado o Conselho Regional da R3
páginas 10 e 11

Editorial

Marília Andrade

Coordenadora Geral da ATI

Olá, Região 3!

O período da reparação tem sido de movimentações intensas, algumas de esperança, outras de desalento e comoção. O Anexo 1.1 teve início, e com ele renasceu nossa capacidade de sonhar e planejar a reparação e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Apesar das incertezas acerca da continuidade das ATIs durante a execução do Anexo, em outubro foram homologados os termos de compromisso de Nacab e Guaiçuy, o que trouxe maior segurança às pessoas atingidas, que nos

últimos meses demonstraram, em atos públicos, grande insatisfação com a possibilidade de descontinuidade das ATIs em suas regiões. A implementação da governança do Anexo 1.1 estabeleceu os contornos da participação e das tomadas de decisão pelas pessoas atingidas, com a inauguração do Conselho Regional, a diplomação das conselheiras e dos conselheiros regionais, além da priorização dos danos a serem reparados por meio dos projetos. Além disso, as reuniões seguem à toda no território. O Programa de Transferência de Renda (PTR) teve seu fim anunciado. A antecipação abrupta do último pagamento acende um grave alerta sobre o impacto socioeconômico no território, principalmente

às famílias mais vulnerabilizadas, que dependem dessa renda para a sobrevivência. Esperamos que um substituto ao PTR seja rapidamente implementado, garantindo uma renda mínima até que seja realizada a indenização dos danos individuais. Enquanto isso, a liquidação coletiva dos danos individuais – fase do processo que vai calcular os danos sofridos individualmente – segue indefinida. A Vale, que não quer pagar mais nada, perdeu em 1ª e 2ª instâncias e recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, que vai julgar o caso. Seguimos em busca da reparação integral a todas as pessoas atingidas da bacia do Paraopeba!



■ Pessoas atingidas e Nacab apresentam trabalhos no Congresso Brasileiro de Agroecologia

A transição agroecológica acontece na prática em diversas comunidades da Região 3. Algumas dessas experiências foram apresentadas por pessoas atingidas no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Juazeiro (BA), entre os dias 15 e 18 de outubro. Profissionais da ATI Paraopeba Nacab também apresentaram trabalhos.

Saúde

Cuidado integral e investimento em saúde

Documento das pessoas atingidas, reivindicando recursos e protocolos ao SUS em áreas de mineração, é aprovado em conferência em Brasília

Texto e foto: Marcos Oliveira



Em agosto, representantes das pessoas atingidas aprovaram uma Moção de Apelo criada e idealizada na 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT), em Brasília (DF), solicitando mais recursos e orientações específicas aos profissionais de saúde em áreas de mineração.

Organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e promovida pelo Ministério da Saúde, a Conferência debateu estratégias de fortalecimento e efetivação do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O documento apresentado pelas pessoas atingidas foi elaborado após a atividade Vozes da Mineração - experiências e propostas para a saúde do trabalhador e da trabalhadora sob o olhar das comunidades atingi-

das, promovida pela Rede de Atingidos da Região 3.

Abdalah Nacif, de Beira Córrego, em Fortuna de Minas (MG), contou que a participação trouxe a sensação de dever cumprido. “Na atividade autogestionada apresentamos nossas propostas e trabalhos para aprimoramento do atendimento do SUS, algo gratificante, pois nosso desafio era chamar a atenção para as demandas e propostas dos locais atingidos pela mineração”, contou.

Aprovada a Moção, segundo Abdalah, “o momento é de otimismo e acompanhamento da implementação da Nova Política Nacional de Saúde, para que as propostas das pessoas atingidas sejam implementadas, sempre em contato com o Ministério, o Conselho Estadual de Saúde de MG e profissionais da saúde”.

“

É necessário criar protocolos de atendimento e dizer não às ações das mineradoras, pois elas não enxergam a saúde como algo importante, só o lucro.

LOURDES MACHADO
Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG)

A atividade na 5ª CNSTT, promovendo o debate sobre os impactos negativos da mineração à saúde, além da proposta de Moção, reivindicando investimentos e um protocolo que oriente o cuidado integral, foi feita em parceria entre a Rede de Atingidos da Região 3, os grupos Paraopeba Participa, Sentinelas, Guerreiras, Instituto de Promoção Humana e o Nacab.

SIGA O NACAB NAS REDES!

YouTube Facebook Instagram @nacabmg



www.nacab.org.br

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE APOIO ÀS
COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2. João
Braz - Viçosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br

Coordenadora-Geral: Marília Andrade
Fontes

Coordenação Geral: Alexandre
Chumbinho, Irla Paula Stopa, Marília
Andrade, Marluce de Souza Abduane
Gerente Administrativo Financeira:

Marluce de Souza Abduane
Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho
Gerente de Reparação: Irla Paula Stopa
Assessor de Comunicação: Fabiano
Azevedo

Jornal Reparação
ISSN 2764-1996

Editor: Fabiano Azevedo

Revisão: Marcos Oliveira

Textos: Fabiano Azevedo, Luis Henrique
do Carmo, Marcio Martins, Marcos
Oliveira, Marília Andrade Fontes,
PH Reiaux

Projeto Gráfico e ilustrações: Fabiano
Azevedo e Leticia Uematu

**Assessoria Técnica Independente
Paraopeba - Escritórios**

Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351,
Santa Tereza
Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã
Pará de Minas: Avenida Minas Gerais
413, São José
Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana,
158, 2º andar

De olho no acordo

Marcio Martins

Anexo 1.3 desperta críticas

Projetos avançam, mas população atingida não se sente contemplada

O Anexo 1.3 do Acordo de Reparação pelo desastre-crime da Vale trata de recursos para melhorias em serviços e políticas públicas nos municípios atingidos pelo rompimento. As cifras, inicialmente de R\$ 2,5 bilhões, impactaram positivamente os cofres públicos das prefeituras dessas cidades. No entanto, qual foi a efetividade desse anexo na vida das pessoas atingidas?

Segundo o site do Comitê Pró-Brumadinho, nos 25 municípios contemplados, 183 iniciativas foram aprovadas pelos Compromitentes do Acordo, sendo 136 em execução, 14 concluídas e 33 em detalhamento pela Vale ou em análise pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), auditora do Anexo 1.3.

“

As máquinas que chegaram para a prefeitura foram usadas para consertar as estradas e isso é benefício para a gente. Mas ainda tem muita coisa que precisa avançar, por exemplo na questão de água e de esgoto, fossas sépticas... Tem muita coisa que precisa ser olhada e que ainda não foi.



ADILSON VIEIRA
Comunidade dos Rosas
(Pará de Minas)

“

Até hoje não vi melhoria nenhuma aqui na comunidade de Vinhático. Nem eu e nem a minha comunidade nos sentimos contempladas ainda nesse Anexo 1.3. As nossas estradas todas ruins demais, principalmente dentro da comunidade. Faltando lâmpadas nos postes para melhorar a iluminação nas ruas que são muito escuras. Além de faltar limpeza nas ruas.

Luis Henrique do Carmo / Nacab



EDINA MARIA FERNANDES DE ALMEIDA
Vinhático (Esmeraldas)

Até agosto foram gastos mais de R\$ 2,6 bilhões, de acordo com a prestação de contas divulgada pela FGV. O saldo que ainda pode ser gasto com políticas e serviços públicos é de quase R\$ 562 milhões.

Pela descrição do Anexo 1.3, as prefeituras não têm obrigação de utilizar os valores exclusivamente nas comunidades atingidas, podendo usá-los em locais afastados do Paraopeba. Quem mora às margens do rio sempre questionou se não deveria haver prioridade para suas comunidades.

Casa de Acolhimento às Mulheres

Dentre os projetos ainda pleiteados pelas comunidades atingidas, está a criação de um Centro de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, que atenderá parte dos municípios da bacia do Paraopeba.

Com valor de R\$ 23,8 milhões, a casa deve ser construída no município de Juatuba e atender a dezessete cidades atingidas, que investirão, cada uma, R\$ 1,4 milhão.

Por ser um projeto regional, sua execução ficou por conta do Estado, com o apoio das prefeituras. Dos 10 municípios atendidos pela ATI, dois não aderiram: Pará de Minas e Esmeraldas.

“Acredito que a casa de acolhimento às mulheres deveria ter sido aderida por Esmeraldas, pois o espaço terá uma importância muito grande para as vítimas de violência, principalmente doméstica. Há muitas mulheres e filhos sofrendo agressões de seus companheiros por não terem um amparo”, ressalta Hélia Baeça, de Vista Alegre, em Esmeraldas.

O projeto está sendo reestruturado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE-MG), responsável pela orientação técnica e metodológica. Se aprovada a proposta de reestruturação, ela será apresentada às prefeituras.

Anexo 1.3 para Povos e Comunidades Tradicionais



Reunião com representantes do Estado, Vale e membros da ATI Paraopeba Nacab na Tenda Espírita Estrela de Aruanda, em Esmeraldas. 10/01/2024

Após longo período de luta para garantir uma consulta específica, os PCTs criaram boas expectativas em relação ao Anexo 1.3. Mas o desfecho não é o esperado. Desde 2023, o Nacab acompanha as visitas do Comitê Pró-Brumadinho, responsável pelo processo de reparação, e dos representantes da Vale aos PCTs da Região 3.

De lá para cá, os PCTs indicaram as obras de reparação que desejavam, como asfaltamento, construção de creche, abastecimento de água e cursos de capacitação. Os representantes da mineradora realizaram as visitas para avaliar a viabilidade de cada projeto, para aprovação posterior pelo Comitê Pró-Brumadinho e pela FGV.

Em Esmeraldas e Paraopeba os cursos estão sendo aguardados por sete grupos diferentes de PCTs. “Mais uma vez vamos lembrar da morosidade e do descaso com a causa dos povos de terreiro. Uma empresa tão grande como a mineradora, que pode fazer as coisas em um estalar de dedos, mas um simples curso, que vai dar um pouco de dignidade para as pessoas, estão enrolando há mais de dois anos. É um absurdo”, reclama Patrik Evangelista, membro da Tenda Espírita Estrela de Aruanda, em Esmeraldas.

Atualmente estão ocorrendo reuniões para a contratação das pessoas que vão ministrar os cursos. Em seguida, será dado início à criação dos conteúdos e a abertura das inscrições

dos participantes.

Além dos terreiros de candomblé e umbanda, a Guarda de Congado Nossa Senhora Imaculada Conceição de Uruçua e a aldeia indígena Kamakã Kaê Há Puá, em Esmeraldas, também aguardam pelo início dos cursos.

Os indígenas ainda vivem um impasse em relação ao local onde os cursos serão realizados. A vontade do grupo é que seja na própria aldeia, no entanto existe uma disputa judicial com o Estado – proprietário do terreno – para a utilização do espaço. A ATI Paraopeba está acompanhando as conversas entre as partes.

Marcio Martins / Nacab



Patrik Evangelista - representante da Tenda Espírita Estrela de Aruanda, Esmeraldas

Estágio de implementação dos projetos do Anexo 1.3 na Região 3

ESMERALDAS	FLORESTAL	FORTUNA DE MINAS	PAPAGAIOS	PARÁ DE MINAS	PARAOPEBA	PEQUI
Oferta de cursos de capacitação e de cursos profissionalizantes	Construção do sistema de captação e distribuição de água nas comunidades rurais	Poço Artesiano e Sistema Simplificado de Tratamento nas Comunidades (Obrigação de fazer convertida para a prefeitura)	Construção de Creches (PCTs)	Pavimentação da Estrada de Bom Jesus do Pará a Córrego do Barro (PCTs)	Formação e Capacitação em Direitos Humanos, Associativismo e Contabilidade - Oxóssi Sultão das Matas e Aldeia das Folhas - Tenda Pai Julião das Almas	Reforma das Vias Rurais - Soledade, Pindaibas e Campos
● não iniciado	● iniciado	● fase final	● fase final	● fase final	● fase final	● fase final

PTR

Expectativa é que novo auxílio emergencial seja criado

Após longo impasse judicial, decisão deve sair em breve

Fabiano Azevedo



Pessoas atingidas reivindicam novo auxílio emergencial, pois ainda não houve reparação

Com o término do Anexo 1.2 do Acordo de Reparação, conhecido como Programa de Transferência de Renda (PTR), em outubro, a criação de um novo auxílio emergencial tornou-se uma reivindicação central entre as pessoas atingidas do Paraopeba. Afinal, por quatro anos o PTR foi fundamental para que as pessoas atingidas pelo desastre-crime da barragem de Brumadinho mantivessem condições mínimas de subsistência.

Após longo impasse, o TJMG enfim decidiu que o desembargador André Leite Praça será o relator do julgamento que decidirá pela obrigatoriedade ou não do novo auxílio. O juiz Murilo de Abreu já havia dado, em março, decisão favorável à continuidade do PTR ou à criação de novo programa de transferência de renda, mas a Vale, responsável pelo desastre-crime, alega, em recurso, que já quitou todos os compromissos relativos ao PTR, firmados no Acordo, e que o pagamento de mais um auxílio emergencial seria “uma temeridade”, de valores “estratosféricos”.

Nos territórios atingidos, o sentimento é de muita preocupação em relação à possibilidade de um futuro sem auxílio emergencial e, ao mesmo tempo, sem a reparação integral: “Na minha vida isso vai ter o pior impacto possível, pois dele partia a renda para arcar o mínimo: água, luz e pão”, relata Patrícia Passarela, líder comunitária em Taquaras (Esmeraldas). “Como liderança não remunerada, não sei o que farei pra continuar lutando e representando o direito do meu povo e da minha comunidade. Me sinto atingida agora pela negligência das Instituições de Justiça, que não fazem o meu direito acontecer”, completa ela.

A ação pela continuidade de um auxílio emergencial às pessoas atingidas foi solicitada em março, por entidades e associações civis. À época, o PTR havia sido cortado pela meta-de e seu fim foi anunciado para dezembro de 2025. Então, o juiz Murilo pediu que a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pelo PTR, calculasse os valores para repor o corte

e para sua continuidade integral até dezembro.

Alegando que precisaria de mais elementos para decidir, a juíza convocada, Maria Dolores Gióvine Cordovil, responsável pelo caso naquele momento, concordou com a suspensão pedida pela Vale. A decisão ficou parada e, neste período, o próprio fim do PTR foi antecipado de forma abrupta, de dezembro para outubro. Agora, a expectativa é que o desembargador acate a decisão inicial apresentada pelo juízo e contemple a criação de um novo auxílio, até que as condições de vida sejam iguais às anteriores à data do desastre-crime.

Alexandre Chumbinho, gerente jurídico do Nacab, fala sobre a ação que pede a volta do auxílio emergencial

O Nacab tem como contribuir com a ação do PTR?

A ação é proposta por associações que não têm relação com as ATIs e coordenada de forma independente e autônoma. No entanto, produzimos uma nota técnica que foi posteriormente anexada por eles ao processo.

E o que diz a nota técnica? Como ela foi elaborada pelo Nacab?

Ao longo dos anos, aperfeiçoamos nossa prática jurídica, visando sempre oferecer o melhor aporte técnico às pessoas atingidas. Aprendemos que, num processo coletivo decorrente de grandes desastres, em que a sociedade enfrenta um gigante econômico como a Vale, para se entender o que ocorre dentro [do processo], é necessário entender o que se passa fora também. É um processo estrutural, que mobiliza instituições, governos, mercado, além da opinião pública, principalmente as pessoas atingidas. Tendo esse contexto em vista, o Nacab produziu sua contribuição ao tema da continuidade do PTR a partir de uma premissa: não afrontar a coisa julgada formada pelo Acordo de Reparação. Sabíamos que essa seria a principal linha de defesa da Vale e oferecemos outra abordagem, focada só na matéria litigiosa do processo. Claro que o Acordo tem sua execução marcada por atrasos e falhas, principalmente no eixo socioambiental, mas, tendo em vista o “dentro e fora dos autos”, pensamos que uma tese alternativa fosse mais favorável a sustentar o direito ao auxílio.

Nossa tese é simples de entender e já teve precedente no tribunal, quando se decidiu favoravelmente ao duplo escopo das ATIs. Naquele momento, os desembargadores concordaram que, enquanto houver matéria em litígio, as pessoas atingidas devem continuar recebendo assessoria técnica. A ATI não repara a vida das pessoas, não restabele-

ce o status anterior, nem restitui nenhum bem. O que realmente repara, nesse momento processual, são as indenizações. Então foi decidido que, enquanto não resolver o direito de fundo, as indenizações, deve ser mantido o direito à ATI, que mantém as pessoas mobilizadas e informadas. O auxílio emergencial previsto na PNAB é como as ATIs: não resolve o problema, só mitiga. Então, num processo coletivo existem os direitos principais e os direitos acessórios, como ATI e auxílio emergencial. O Tribunal já concordou que enquanto houver direito principal em aberto no processo, tem de ter ATI. Mas se a lógica é a mesma, tem de ter auxílio também!



Não importa o que a Vale alega sobre o anexo 1.2. Ela tem que cumprir a PNAB



O PTR pode voltar?

É muito difícil. O PTR era o Anexo 1.2 do Acordo Judicial de Reparação. Para ele, foram destinados R\$ 4,4 bilhões e sua quitação foi reconhecida pela Justiça.

Outro auxílio emergencial deve ser criado?

Entendemos que já foi criado pela

Política Nacional de Direitos das Pessoas Atingidas por Barragens (PNAB), que diz que deve haver auxílio emergencial até que “as famílias e indivíduos alcancem condições pelo menos equivalentes às precedentes”. E se é direito positivo, tem de implementar.

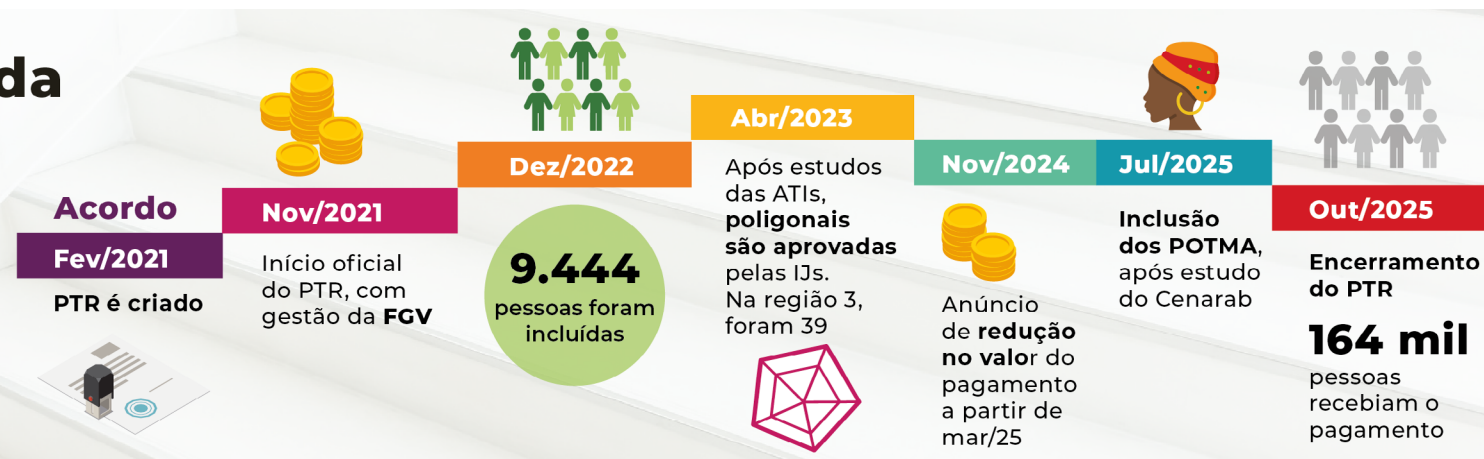
A atual decisão de primeira instância que autorizou a implementação de um novo auxílio em substituição ao PTR se deu de forma provisória. Isso quer dizer que o processo na primeira instância ainda vai coletar provas para o juiz fundamentar, em definitivo, a sentença. Se ela for favorável às pessoas atingidas, a Vale poderá recorrer ao TJMG, e se sofrer nova derrota, poderá ir ao STJ e/ ou ao STF.

A Vale alega que, por causa do acordo, já cumpriu com todas as obrigações de transferir renda para as pessoas atingidas. Faz sentido?

Não importa o que a Vale alega sobre o anexo 1.2. Ela tem obrigação de cumprir a PNAB, que é lei em pleno vigor. Ela tenta se esquivar da obrigação, alegando já ter cumprido o Acordo, mas não estamos falando de Acordo e sim da incidência da lei sobre a parte litigiosa. Esta permanece em aberto no processo e o Acordo não a alcançou. Ou seja, já que a Vale não pode dizer que fez acordo sobre os direitos individuais homogêneos, ela também não pode dizer que fez acordo sobre os direitos acessórios que acompanham esse principal.

Ascensão e queda de um auxílio emergencial

VEJA A LINHA DO TEMPO DO PTR



Reparação socioambiental

Fabiano Azevedo

Na Região 3, projetos de saneamento se concentram na área urbana

Pessoas atingidas reclamam que recurso chega pouco à zona rural

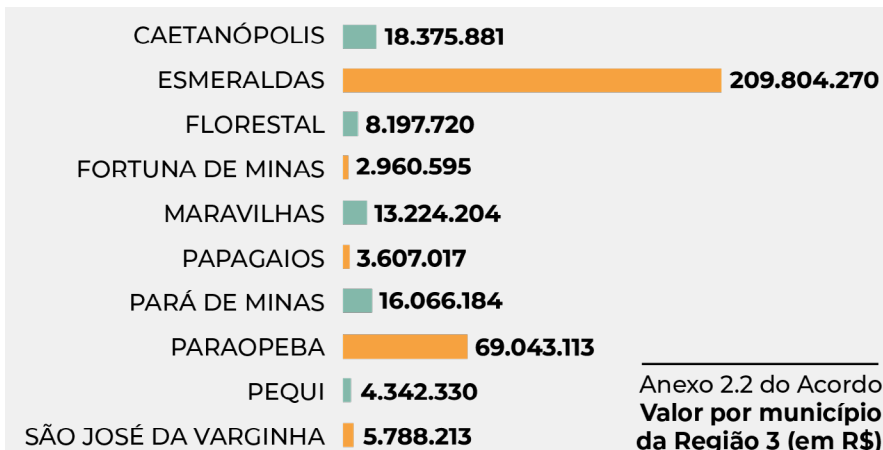
O Anexo 2.2 do Acordo Judicial de Reparação Integral prevê, no âmbito da reparação socioambiental, o Programa de Universalização do Saneamento Básico. São destinados pouco mais de R\$ 1,4 bilhão, divididos entre todos os 26 municípios da bacia do Paraopeba e lago de Três Marias, atingidos pelo rompimento da Vale.

O programa se destina exclusivamente a projetos de abastecimento de água, drenagem e esgotamento, sendo que são os próprios gestores municipais que apresentam e executam os projetos. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) é responsável pela gestão do recurso e aprovação dos projetos. O valor disponibilizado para cada município foi definido através de um cruzamento de dados do SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), do Ministério das Cidades e do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil.

Os dez municípios que compõem a Região 3 recebem, no total, R\$ 351,4 milhões. Antônio Carlos de Souza, especialista da ATI Paraopeba Nacab, alerta para o fato de que boa parte dos projetos apresentados pelas prefeituras na Região 3 se destinam a saneamento nas áreas urbanas. “A maioria dos municípios estão pensando em obras de saneamento grandes, estação de tratamento de esgoto e por aí vai, que têm um custo maior e geralmente são feitas na cidade, na zona urbana.

das como Tévaps, foram aprovados para serem incluídos nos estudos que as prefeituras de São José da Varginha, Pequi e Pará de Minas devem enviar ao BDMG. O órgão é responsável pela gestão do recurso do 2.2, além de analisar tanto os projetos quanto os planos de saneamento que cada município deve realizar.

“A gente tem feito diálogos com prefeituras que estão abertas a isso, estamos conseguindo pautar com os prefeitos que se insira a zona rural atin-



Aqui na nossa cidade a gente atua junto com a comissão parlamentar e mantém um diálogo constante com o poder municipal. Mesmo assim, o valor destinado, de cerca de R\$ 4 milhões, é muito pouco diante da necessidade das comunidades. Quando falamos de saneamento, principalmente em áreas pequenas, sem estação da Copasa, esse recurso acaba sendo irrisório.



PATRÍCIA DO CARMO
Soledade (Pequi)

Representantes das pessoas atingidas têm se reunido com as prefeituras e com representantes do BDMG, no intuito de defender a necessidade de se olhar também para as zonas rurais, onde se concentra a maioria das comunidades atingidas. Afinal, a reparação pelos danos do rompimento da barragem deve passar, obrigatoriamente, pelos territórios que sofreram com o atingimento.

Ao menos em três municípios, o encaminhamento é favorável. Projetos de fossas sépticas ecológicas, conheci-

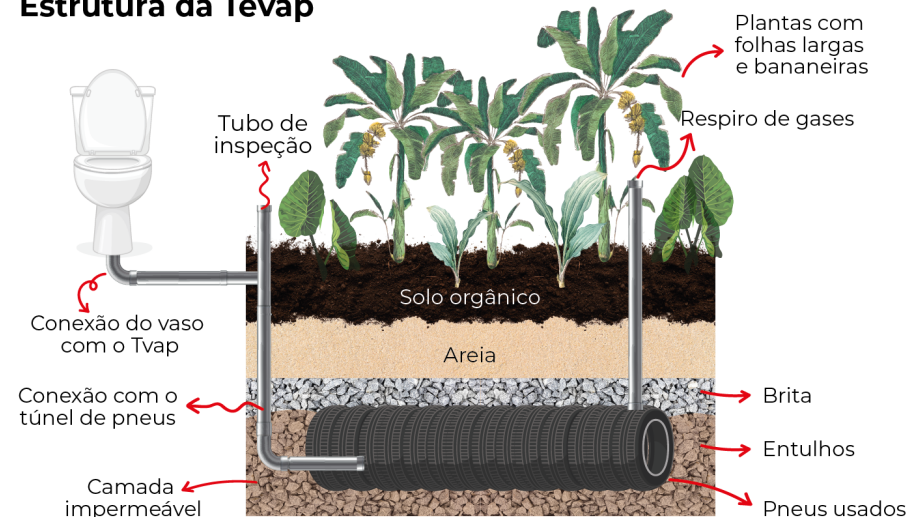
gida dentro desses projetos. Conseguimos isso em Pequi, em São José da Varginha e em Pará de Minas”, relata Antônio Carlos. Mas, apesar da boa recepção por parte dessas prefeituras, ele alerta que o jogo ainda não está ganho. “Como ainda vai haver uma parte de estudo técnico, que as prefeituras têm até julho de 2026 para apresentar, não está garantido que [os projetos de Tévap] vão ser executados junto às nossas comunidades. A gente conseguiu, por enquanto, a boa vontade dos prefeitos em inserir os projetos nesse planejamento”, ele completa.

Fossas agroecológicas viram prioridade na zona rural

Nas comunidades rurais, onde o sistema de esgotamento é precário ou inexistente, é comum a instalação de fossas sépticas. Porém, diferentemente das fossas sépticas convencionais, que demandam manutenção anual e caminhões limpa-fossa, a Tévap parece ser a solução ideal nas comunidades atingidas. O equipamento pode durar 25 anos, sem a necessidade de manutenção no período. “A Tévap é uma tecnologia social de baixo custo, em torno de R\$ 4.500, a unidade. E você pode plantar em cima dela, pois

não tem perigo nenhum de contaminação”, exalta Antônio Carlos de Souza, do Nacab. Patrícia do Carmo, de Soledade (Pequi), explica a preferência de quem mora na zona rural pelas fossas ecológicas: “A Tévap é uma boa solução para as comunidades rurais, onde as casas ficam mais afastadas umas das outras. Esse sistema é simples, eficiente e ajuda a gente a fazer a nossa parte, evitando que a água e o solo continuem sendo contaminados. É um jeito da própria comunidade cuidar do ambiente onde vive.”

Estrutura da Tévap



Auditora evidencia atrasos na reparação socioambiental

No dia 10/10, o Nacab participou de mais uma reunião com a AECOM, que audita as ações socioambientais de reparação previstas no Acordo. Os repasses da empresa demonstram que diversas ações, sobretudo as obrigações de fazer da Vale, seguem atrasadas. A dragagem do Paraopeba, por exemplo, avançou apenas 2 km após quase 7 anos do rompimento. O trecho 3 do rio, previsto pela Vale para ser dragado até o fim de 2027, não será finalizado no prazo. Além disso, o Plano de Recuperação Socioambiental, que vem sendo elaborado desde 2019 por empresa contratada pela Vale, ainda não ficou pronto.

Caderneta de Monitoramento une saber popular e científico

Texto e foto: PH Reinaux

A Caderneta de Monitoramento Ambiental Participativo é uma tecnologia social criada para avaliar e acompanhar as condições de vida, saúde, cultura e convivência das pessoas atingidas. Elas conheceram a ferramenta há dois anos, na Feira da Reparação, em Pará de Minas, quando a professora e fundadora do Nacab, Irene Cardoso (UFV), apresentou a caderneta numa oficina. Ela oferece diferentes formas de avaliar o ambiente — de indicadores técnicos, como análises da água e do solo, até indicadores sociais e culturais, que revelam a dinâmica da vida no território.

Após uma adaptação do questionário à realidade da Região 3,

a caderneta passou a integrar o novo Plano de Trabalho da ATI. Para a coordenadora-geral, Marília Fontes, o objetivo é “ampliar a participação das comunidades através da formação de multiplicadores e gerar um relatório consolidado para as Instituições de Justiça, com propostas de reparação dos danos socioambientais”.

A experiência-piloto da ATI é fruto de uma pesquisa de doutorado da analista do Nacab, Maria Nascimento, em parceria com o Departamento de Solos da UFV. Dela, participaram dez famílias de Esmeraldas, Pará de Minas e Florestal. Os dados foram sistematizados e apresentados em intercâmbios, a partir da metodologia

participativa da Troca de Saberes Agroecológicos. “A metodologia aproxima as comunidades do processo de pesquisa, permitindo que compreendam e usem os resultados em suas lutas por reparação e justiça ambiental”, afirma Maria.



A pesquisadora e técnica do Nacab, Maria Nascimento

Anexo 1.1

“Agora a gente quer falar é dos nossos projetos, realizar os nossos sonhos”

Após mais de quatro anos, o Anexo 1.1 começa a ganhar forma com a inauguração do Conselho Regional

No dia 25/10, pessoas atingidas da Região 3 se reuniram no Patronato Dom Bosco, em Pará de Minas, para a inauguração do Conselho Regional, que acompanhará a governança do Anexo 1.1. Além da certificação dos conselheiros, houve a priorização das categorias de danos, que orientará os trabalhos da Entidade Gestora (EG) para a escolha de projetos coletivos e das linhas de crédito e microcrédito.

“São mais de 6 anos falando do sofrimento que cada pessoa atingida passa todos os dias após o crime do rompimento da barragem. Com esse Anexo 1.1 a gente quer é falar dos nossos projetos. Realizar os nossos sonhos do jeitinho que a gente quer. Chega de falarmos em sofrimento e focar em melhorias para nossa comunidade”, destaca Gleiciane

de Souza, líder religiosa do Terreiro Kum-bata Sanzala Kazembe Kia Mawanju, em Esmeraldas.

No momento da priorização de danos, a EG apresentou um estudo para auxiliar as escolhas. Sua estrutura contém três eixos temáticos, considerando os seguintes critérios: recorrência, abrangência, tipo de lesão e vulnerabilidade.

As categorias prioritizadas foram:

Sociabilidade e Modos de Vida; Atividade Econômica, envolvendo a geração de renda; e Alimentação, com o foco na soberania alimentar, levando em consideração temas como moradia, infraestrutura e acesso à água.

Esse processo foi encarado como uma importante etapa para as pessoas atingidas. “As categorias de danos prioritizadas refletem a convergência entre os conselheiros que representam as comunidades atingidas. Agora, vamos acompanhar a abertura dos editais e o agrupamento de ideias de projetos que visam reparar os danos causados pelo rompimento,” finaliza Sidinei Silva, do Chacreamento Vargem Grande, em Pará de Minas.

A expectativa é alta em toda a bacia. José Amarildo de Sousa, de Florestal, acredita estar chegando o momento em que a reparação alcança, de fato, as comunidades às margens do rio. “Estou cheio de expectativas e esperança de que o Anexo 1.1 seja realmente nosso. É a oportunidade de trazer e fazer acon-

PH Reinaux / Nacab



Pessoas atingidas participaram da priorização dos danos, que orientará os trabalhos da Entidade Gestora do Anexo 1.1

tecer um novo momento de desenvolvimento nas comunidades. Acho que não será fácil, mas é a única possibilidade de trazer um pouco de reparação para as comunidades atingidas. Tenho certeza de que vamos conseguir eleger bons projetos, proporcionando o desenvolvimento da comunidade e trazendo um pouco mais de confiança e alegria a todos nós”, disse.

Jéssica Barbosa, da coordenação da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB), que integra a Entidade Gestora, acredita que “esse é o momento em que as pessoas atingidas decidem por onde começar a trabalhar. É muito rico ver a organização e o acúmulo que elas construíram até aqui — um sinal de maturidade e participação real no processo de reparação”, afirmou.

Esta priorização aconteceu a partir de uma lista apresentada à Entidade Gestora, resultado do trabalho conjunto entre as pessoas atingidas e a ATI Paraopeba Nacab ao longo dos anos.

Não pagamento a conselheiros causa indignação

PH Reinaux / Nacab



Reivindicação é para que a participação nos conselhos não represente um prejuízo econômico às pessoas atingidas

No dia 21/10, a Entidade Gestora informou o parecer das Instituições de Justiça (IJs) sobre a solicitação das pessoas atingidas para o recebimento de diárias pelas horas dedicadas ou em compensação a trabalhos perdidos, para a participação nos conselhos de Governança do Anexo 1.1.

Para as IJs, o pagamento não tem respaldo em normativas de processos similares, reforçando que os recursos devem ser direcionados aos direitos difusos e

coletivos. Afirmam também que esta não é uma negativa e sim uma resposta ao conteúdo que receberam para análise.

Para as pessoas atingidas, essa interpretação é restritiva e não condiz com o espírito de justiça social, transparência, protagonismo e trabalho pela coletividade, penalizando trabalhadoras e trabalhadores autônomos, que não podem arcar com o custo da ausência laboral. “Recebemos a informação com indignação e

surpresa, porque em reuniões com as IJs a diretriz era de que essa seria uma decisão das pessoas atingidas. Nossa reivindicação é por indenização, ajuda de custo e/ou ressarcimento, formas de compensação reconhecidas pelo Judiciário, garantindo que a participação nos conselhos não represente um prejuízo econômico às pessoas atingidas”, concluiu Rogério Gianetti, morador de Beira Córrego (Fortuna de Minas).

Organização da governança do Anexo 1.1



Conselhos Locais

Formados de acordo com a autonomia de cada município, contando com representantes das comunidades e grupos sociais atingidos. Sua composição já está definida e aprovada pelos coletivos atingidos.



Conselho Regional

Composto por até 56 membros titulares e 56 suplentes. Os representantes foram escolhidos nos 10 Conselhos Locais, sendo 4 indicados do público geral e 1 de PCTs por município, além de mais 1 indicação de cada um dos 6 segmentos de PCTs.



Setores Locais

Forma de governança dos PCTs para o Anexo 1.1. Sua organização foi feita por segmento. Na Região 3 temos 6 Setores Locais: Quilombolas, Extrativistas, Povos Originários, POTMA*, Guardas de Congado e Pescadores Artesanais. A composição de cada Setor respeita a autonomia e as especificidades dos povos e comunidades.



Setor Regional

A organização regional dos PCTs. Formado por 4 indicações de cada Setor Local, totalizando 24 membros. Desses, 12 representantes serão fixos e 12 rotativos (podendo mudar de acordo com o tema a ser debatido).

*Povos de tradição de matrizes africanas

Pessoas atingidas e Nacab participam de Encontro do MAM

Texto e foto: Luis Henrique do Carmo



Entre 24 e 28 de agosto, Fortaleza (CE) sediou o II Encontro Nacional do MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração). O evento teve a presença de membros do Nacab, da Rede de Atingidos da Região 3, da Comis-

são Regional de Enfrentamento à Mineração da Serra dos Puris, na Zona da Mata, além de pessoas atingidas por crimes minerários em Brumadinho e por operações minerárias em outras regiões de MG.

Também participaram movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades atingidas pelos impactos da mineração predatória. O objetivo foi compartilhar experiências e definir estratégias de enfrentamento a violações causadas por grandes empresas do setor. Sob o lema “Lutar pelo Território, Controlar o Subsolo”, o encontro debateu os desafios impostos pelo modelo minerário brasileiro. Teve destaque a Feira da Agrobiodiversidade, com produtos da agricultura familiar e artesanato popular, troca de sementes e apresentações. O encerramento ocorreu com uma marcha pelas ruas de Fortaleza, com mais de mil pessoas em defesa do direito aos territórios e do poder de decidir sobre a mineração.

Aprendizado e partilha na Troca de Saberes

Texto de Valéria Ferreira, de Papagaios, sobre o intercâmbio agroecológico que as pessoas atingidas fizeram à Zona da Mata.

Falo em nome do meu grupo, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Papagaios.

A gente saiu na quinta (10/07) e passamos na Escola Paulo Freire, em Acaiaca. Fomos muito bem recebidos pelo Gilmar, ele contou um pouco da história dele e da escola. Lá, conhecemos as criações de galinha, porco... Vimos a horta, tem uma plantação de remédio, foi muito bom. A gente dormiu lá e no dia seguinte seguimos para o Assentamento Olga Benário do MST. Eles estão lá há 20 anos! Foi uma experiência incrível, as mulheres têm uma padaria dentro da comunidade. Lá também eles tiram leite, tem horta, foi maravilhoso.

Depois seguimos para a Troca de Saberes, na UFV (Universidade Federal de Viçosa). A gente aprendeu muita coisa, que tem que preservar a natureza, as águas. Não podemos mexer com agrotóxicos e temos que ser contra as mineradoras. Foi muito bom, quero agradecer ao Nacab, muito obrigada por tudo.

Saiba mais escutando os episódios do nosso podcast Ouve Só:



De 12 a 14/07, o Nacab participou da 16ª Troca de Saberes, na UFV, com a Instalação Artístico-Pedagógica “Resistências à mineração na Zona da Mata mineira”. Doze pessoas da Região 3 estiveram no intercâmbio, que incluiu visitas à Escola Agrícola Paulo Freire, em Acaiaca, e ao Assentamento Olga Benário, em Visconde do Rio Branco.

Marcos Oliveira / Nacab